

ferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos termos do previsto no artigo 92.º e seguintes da LGTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foram celebrados acordos de mobilidade interna, na modalidade de mobilidade intercarreiras, com efeitos a 1 de maio de 2017, pelo período de 18 meses, com os seguintes trabalhadores:

Rui Miguel Ferreira Borges Esteves, trabalhador integrado na categoria de Fiscal de Obras da carreira de Fiscal de Obras, mobilizado para posto de trabalho previsto no Mapa de Pessoal do Município de Tábua de 2017, na Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Ambiente, na categoria de Assistente Técnico da carreira de Assistente Técnico, área de Fiscalização de Obra, passando a auferir a remuneração mensal ilíquida de 683,13€, correspondente à 1.ª posição remuneratória da carreira, nível 5 da tabela remuneratória única, aprovada Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro;

Carlos Manuel Pereira Costa, trabalhador integrado na categoria de Assistente Técnico da carreira de Assistente Técnico, na área de Tecnologias de Informação e Comunicação, mobilizado para posto de trabalho previsto no Mapa de Pessoal do Município de Tábua de 2017, na Unidade dos Serviços Integrados da Presidência, na categoria de Técnico Superior da carreira de Técnico Superior, área de Ciências Sociais, passando a auferir a remuneração mensal ilíquida de 995,51€, correspondente à 1.ª posição remuneratória da carreira, nível 11 da tabela remuneratória única, aprovada Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

2 de maio de 2017. — O Presidente da Câmara, *Mário de Almeida Loureiro*.

310530489

Aviso n.º 6820/2017

Para os devidos efeitos faz-se público que, por despacho do Sr. Vereador do Pelouro dos Recursos Humanos, de 9 de maio de 2017, no uso da competência que lhe foi delegada por meu Despacho n.º 12/2013, de 15 de outubro, foi autorizada a prorrogação, até 3 de julho de 2017, da licença sem remuneração, do nosso trabalhador, Augusto José Fonseca Silva, Assistente Operacional.

17 de maio de 2017. — O Presidente da Câmara, *Mário de Almeida Loureiro*.

310530731

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

Edital n.º 437/2017

Operação de loteamento industrial do Rossio — 6.ª fase

José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, Presidente da Câmara Municipal de Vale de Cambra:

Torna público, em cumprimento do despacho de 29/05/2017, do Vereador competências delegadas por despacho de 17/06/2015, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que é aberto um período de discussão pública pelo prazo de 8 dias, contados a partir do quinto dia da publicação deste Edital no *Diário da República*.

A Operação de Loteamento, encontra-se exposta no Edifício dos Paços do Município, nas sedes das Juntas de Freguesia de Macieira de Cambra e União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho.

As observações e sugestões serão apresentadas na Câmara Municipal de Vale de Cambra, devidamente coligidas e sintetizadas.

Com o objetivo de promover a participação neste processo a Câmara Municipal disponibiliza o seguinte e-mail: discussaopublica@cm-valedecambra.pt.

Para constar se lavrou o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume, na imprensa e disponível no endereço <http://www.cm-valedecambra.pt>.

31 de maio de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, *José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva*.

310536507

MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR

Aviso n.º 6821/2017

Abertura do Período de Discussão Pública da Proposta de Plano de Pormenor do Núcleo Histórico de Vila Pouca de Aguiar

António Alberto Pires de Aguiar Machado, Presidente da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, torna público, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial-RJIGT), que a Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, em reunião de Câmara de 25 de maio de 2017, deliberou proceder à abertura do período de discussão pública da proposta de Plano de Pormenor do Núcleo Histórico de Vila Pouca de Aguiar, que irá decorrer durante 20 dias úteis.

Torna ainda público que o mencionado período de discussão pública se inicia no 5.º dia útil após a publicação do presente Aviso no *Diário da República*, 2.ª série, como o determina o n.º 2 do artigo 89.º do citado RJIGT.

Durante este período, os interessados poderão consultar a Proposta de Plano na Divisão de Ambiente e Urbanismo, sito na Rua Comendador Silva, 5450-020 Vila Pouca de Aguiar, no horário normal de expediente, bem como na página da internet da Câmara Municipal (www.cm-vpaguiar.pt).

A formulação de reclamações, observações ou sugestões deverão ser feitas por escrito, até ao termo do referido período, utilizando para o efeito o impresso próprio que pode ser obtido na página da internet da Câmara Municipal (www.cm-vpaguiar.pt) ou em suporte papel no setor de Atendimento ao Público da Câmara Municipal ou na Divisão de Ambiente e Urbanismo, remetido por correio dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar — Rua Henrique Botelho, 5450-027 Vila Pouca de Aguiar, ou por correio eletrónico (uopg@cm-vpaguiar.pt).

Durante o período de discussão pública será realizada uma sessão pública de apresentação e esclarecimento da Proposta de Plano, em data e local a designar, e posteriormente a divulgar num jornal de tiragem local, na página da internet da Câmara Municipal (www.cm-vpaguiar.pt) e nos locais de estilo.

26 de maio de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, *António Alberto Pires de Aguiar Machado*.

Deliberação

António Alberto Pires de Aguiar Machado, presidente da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar declara que a Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, em reunião ordinária realizada no dia 25 de maio de 2017, deliberou, por unanimidade, proceder à abertura do período de discussão pública da Proposta de Plano de Pormenor do Núcleo Histórico de Vila Pouca de Aguiar, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

26 de maio de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, *António Alberto Pires de Aguiar Machado*.

610533186

MUNICÍPIO DE VILA REAL

Aviso n.º 6822/2017

Discussão Pública da Proposta de Alteração ao Plano Diretor Municipal de Vila Real

Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, torna público que, em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de 22 de maio de 2017 e, nos termos do disposto no artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, se encontra aberto um período de discussão pública da proposta de alteração ao Plano Diretor Municipal, a decorrer no período de 30 dias, contados 5 dias após a publicação deste aviso no *Diário da República*.

A proposta de alteração do Plano Diretor Municipal, acompanhada do parecer da Comissão Técnica de Acompanhamento, estarão disponíveis para consulta nos Paços do Concelho, sito na Avenida Carvalho Araújo n.º 1, na cidade de Vila Real, de segunda a sexta-feira, entre as 9 horas e as 17 horas e 30 minutos. A proposta será também disponibilizada para consulta digital na página da internet do Município de Vila Real, através do endereço www.cm-vilareal.pt.

Durante o período de discussão pública, os interessados podem proceder à apresentação, por escrito, de observações, sugestões ou pedidos de esclarecimento, devendo ser entregues no Gabinete de Atendimento ao Cidadão da Câmara Municipal, ou remeter por correio endereçado ao Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, identificando como

assunto, “Alteração ao Plano Diretor Municipal”, para a morada: Avenida Carvalho Araújo, n.º 1, 5000-657 Vila Real.

26 de maio de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, *Eng. Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos*.

Deliberação

A Câmara Municipal de Vila Real, na reunião ordinária de vinte e dois de maio de dois mil e dezassete, deliberou aprovar por unanimidade a abertura de um período de discussão pública de trinta dias, contados cinco dias após a sua publicação no *Diário da República* e publicitado num órgão de comunicação social local/regional, no site do Município e afixado o Edital no balcão de atendimento do município.

22 de maio de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, *Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos*.

610534888

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALCOUTIM E PEREIRO

Aviso n.º 6823/2017

Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 36.º da portaria 83-A/2009, de 22/1, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6/4), torna pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho de Assistente Operacional da Carreira Geral de Assistente Operacional, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série N.º 3 de 4/1/2017, homologada por deliberação de 29/5/2017 da Junta de Freguesia.

- 1.º Classificado: Nuno Alexandre Marques da Silva, 15,75 valores.
- 2.º Classificado: João Pedro Batista Cabral, 14,25 valores.

A lista unitária de ordenação final encontra-se afixada no placar desta autarquia.

28/11/2016. — O Presidente da União das Freguesias, *Dr. João Carlos da Silva Simões*.

310533129

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CASCAIS E ESTORIL

Aviso n.º 6824/2017

Procedimento concursal comum para constituição de relação de emprego público por tempo indeterminado, 1 assistente técnico e 3 assistentes operacionais

1 — Para efeitos do disposto no artigo 33.º da lei n.º 35/2014 de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas conjugado com o n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de janeiro com nova redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, com última redação dada pela Lei n.º 80/2013, de 28/11 aplicável às Autarquias Locais e Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, torna -se público que por deliberação do Executivo da Junta de Freguesia de Cascais e Estoril em 16/01/2017 encontra-se aberto o procedimento concursal comum para 1 assistente técnico e 3 assistentes operacionais, todos previstos e não ocupados, à data da contratação, no mapa de pessoal da Freguesia de Cascais e Estoril, na modalidade de contrato em funções públicas por tempo indeterminado, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação no *Diário da República*, nos termos do artigo 19.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro. Para efeitos do disposto no artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento no próprio organismo.

2 — Nos termos da informação prestada pelo INA, no que concerne ao cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, não tendo, ainda sido publicitado qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, e até à sua publicitação, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade de consulta prévia à entidade centralizada para constituição de reservas de recrutamento.

3 — De acordo com solução interpretativa uniforme da Direção-Geral das Autarquias Locais, de 15 de maio de 2014, devidamente homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, em 15 de julho de 2014 “As autarquias locais não têm de consultar a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito

do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação”.

4 — Descrição sumária das funções e requisitos:

4.1 — Assistente Técnico — corresponde ao grau 2 de complexidade funcional. Conteúdo funcional inerente à categoria de assistente técnico, conforme anexo referido no n.º 2 do artigo 88 da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, designadamente: Administração Geral — desenvolver funções que se enquadram em diretivas gerais, de expediente, arquivo, secretaria, contabilidade. Efetuar atendimento geral sempre que necessário, registar a correspondência recebida e expedida; garantir a organização do arquivo da Freguesia; assegurar a transmissão da comunicação entre a junta e os utentes, através do registo e arquivo de expediente e outras formas de comunicação; participar, quando for caso disso, em, operações de lançamento e proceder ao respetivo registo no programa informático próprio; introduzir documentos contabilísticos; rececionar e conferir os documentos de despesa; elaborar e organizar procedimentos e processos diversos.

Requisitos mínimos (sob pena de exclusão): 12.º ano e dois anos de experiência em funções de processamento de contabilidade em autarquias locais.

N.º de posto de trabalho: 1

4.2 — Assistentes Operacionais — corresponde ao grau 1 de complexidade funcional, Conteúdo funcional inerente à categoria de assistente operacional, conforme anexo referido no n.º 2 do artigo 88 da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, designadamente.

4.2.1 — Ref.ª A — Área de atividade: Administração Geral: Execução de todas as tarefas inerentes às atividades dos Centros de Convívio, arrumos de material, assegurar a limpeza dos centros de convívio, instalações sanitárias, arrumação, conservação, manutenção de equipamentos e boa utilização das instalações; assegurar os lanches dos seniores; apoiar atividades da freguesia; assegurar o transporte dos seniores entre os centros de convívio, bem como outras funções não especificadas.

Requisitos mínimos (sob pena de exclusão): 9.º ano.

N.º de posto de trabalho: 2

4.2.2 — Ref.ª B — Área de atividade: Coveiro: Execução de tarefas de apoio elementares indispensáveis ao funcionamento do serviço, podendo comportar o esforço físico; responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à reparação e manutenção dos mesmos; assegurar os serviços cemiteriais (nomeadamente procedendo à abertura de covas, de inumação, de exumação e de preparação de restos mortais para transladação); manusear equipamentos, ferramentas e utensílios manuais ou elétricos, necessários à execução dos trabalhos e proceder à sua arrumação e limpeza. Poderão ainda ser realizadas outras tarefas de igual grau de complexidade funcional, quando indicadas superiormente

Requisitos mínimos (sob pena de exclusão): Escolaridade obrigatória — é aferida segundo a data de nascimento: nascidos até 31/12/1966: 4 anos de escolaridade; nascidos após 01/01/1967: 6 anos de escolaridade; nascidos após 01/01/1981: 9 anos de escolaridade (sem prejuízo de eventuais situações já existentes e enquadráveis no âmbito do previsto na Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto — 12 anos de escolaridade) e dois anos de experiência como coveiro.

N.º de posto de trabalho: 1

5 — Local de trabalho: as funções correspondentes aos lugares em concurso irão ser desempenhadas:

Assistente Técnico: nas instalações da Freguesia de Cascais e Estoril, podendo ser necessárias deslocações a outros locais.

Assistente operacional Ref.ª A: Área geográfica da Freguesia de Cascais e Estoril. Ref.ª B: Cemitério da Galiza, no Estoril.

6 — Posicionamento remuneratório: Em cumprimento do n.º 3 do artigo 38.º da LTFP, os candidatos com vínculo de emprego público informam prévia e obrigatoriamente o empregador público do posto de trabalho que ocupam e da posição remuneratória correspondente à remuneração que auferem.

6.1 — Nos termos do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, a posição remuneratória de referência é a seguinte:

6.1.1 — Assistente Técnico: 1.ª posição, nível 5 correspondente a 683,13€;

6.1.2 — Assistente Operacional: Ref.ª A — 1.ª posição, nível 1, correspondente a 557,00€. Ref.ª B — 3.ª posição nível 3 correspondente a 583,58€

7 — Requisitos da admissão: São admitidos ao concurso, todos os candidatos que satisfaçam, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas:

7.1 — Constituem requisitos gerais os previstos no artigo 17.º da LTFP, a saber:

a) Nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excetuados pela Constituição, lei ou Convenção Internacional;

b) 18 anos de idade completos;